

“Chicana Política” – Análise Pragmática-Discursiva de uma Moção de Censura

Camila Neiva Meira

Orientado pela Professora Doutora Isabel Margarida Duarte

Resumo

O presente estudo tem como propósito analisar, numa perspetiva pragmática-discursiva, uma Moção de Censura apresentada na Assembleia da República, em fevereiro de 2025. São tratados conteúdos do ramo da pragmática, como o contexto, os atos de fala, as formas de tratamento e o *ethos*, com o objetivo de realizar um aprofundamento na análise do discurso, concretamente, perceber como é que o discurso é construído por quem o realiza, quais são as suas intenções e quais os mecanismos linguísticos utilizados. A partir de uma análise precisa, observa-se que, apesar da seriedade de uma Moção de Censura, existe um contraste entre o que é dito e o onde é dito, dado que se testemunhou uma informalidade exagerada, composta por afrontas, agressividade e provocações, contribuindo para a construção de um *ethos* parlamentar teatralizado.

Palavras-Chave: Discurso parlamentar; *Ethos*; Informalidade; Populismo.

Abstract

The purpose of this study is to analyse, from a pragmatic-discursive perspective, a Motion of Censure presented in the Portuguese Parliament, in February 2025. Contents from the field of pragmatics, such as context, speech acts, forms of address and *ethos*, were discussed in order to delve deeper into discourse analysis, specifically, understand how the discourse is constructed by those who make it, what their intentions are and what linguistic mechanisms are used. From a precise analysis, it was observed that, despite the seriousness of a Motion of Censure, there is a contrast between what is said and where it is said, given that an exaggerated informality was witnessed, composed of affronts, aggression and provocations, contributing to the construction of a theatricalized parliamentary *ethos*.

Keywords: Parliamentary discourse; *Ethos*; Informality; Populism.

*

Politics is war without bloodshed and war is politics with bloodshed

- Mao Tsé-Tung, 1938

1. Considerações iniciais

Dada a importância da política na governação coletiva da sociedade, torna-se fundamental estudar a narrativa do discurso político e quais os seus mecanismos linguísticos capazes de persuadir¹ e influenciar a vida pública, tornando possível a disseminação de um “Eu” governamental reconhecível.

Uma vez que sem palavra não existe política², é necessário reconhecer que os discursos políticos são realizados com o propósito de serem argumentativos e, frequentemente, polémicos, compostos por palavras sem corpo, logo, intocáveis, mas dominadas, por isso, com valor de onipotência³.

A pragmática foca-se na interpretação da linguagem em uso, considerando que ao comunicar, o locutor está a expressar intenções, comportamentos ou implicações não expostas no conteúdo discursivo explícito. Podem tirar-se interessantes conclusões sobre os discursos, analisando atos de fala e a sua *illocutionary force* (J. L. Austin, 1962), nomeadamente o facto de falar ser considerado agir⁴. Ora, vendo como as palavras têm real poder, são metaforicamente onipotentes, capazes de criar ilimitadamente, pragmaticamente como uma ação, constata-se que falar nunca será um ato inocente e um discurso será sempre algo novo.

Negando, assim, a inocência dos atos de fala, reconhece-se a importância do estudo aos mecanismos linguísticos, da estratégia comunicativa e da argumentação dos discursos políticos. Destarte, este trabalho irá analisar o debate de uma Moção de Censura, realizado na Assembleia da República Portuguesa, daqui para a frente AR, com um enquadramento teórico pragmático-discursivo, a partir de conceitos como os atos de fala, formas de tratamento e a construção do *Ethos*.

¹ Aqui caracterizando “Persuadir” como “*capacidade de convencer ou influenciar*”: Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-12 11:31:49]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/persuasao>.

² “However many holy words you read, however many you speak, what good will they do you if you do not act upon them?” - Buddha, S. G. (n.d.)

³ Comparando com Deus, visto como: “*Deus, é todo poderoso, onipotente*”, considerando que as palavras, bem dominadas, contêm a *magia da onipotência*. Ser Onipotente” – “*pode tudo*”: Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-14 15:47:46]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/onipotente>

⁴ «What are we to call a sentence or an utterance of this type? I propose to call it a *performative sentence* or a *performative utterance*, or, for short, 'a performative'. The term 'performative' will be used in a variety of cognate ways and constructions, much as the term 'imperative' is. The name is derived, of course, from 'perform', the usual verb with the noun 'action': it indicates that the issuing of the utterance is the performing of an action it is not normally thought of as just saying something» (Austin, J. L. (1962: 22).

Assim, a questão de partida desta investigação será a seguinte: Como pode contribuir a análise linguístico-pragmática para a compreensão do discurso político, sobretudo do discurso parlamentar?

O Parlamento, a Assembleia da República portuguesa, é um “órgão de soberania”⁵, uma instituição de respeito, uma “representação de todos os cidadãos portugueses”, a casa da Democracia. Sendo assim, esperar-se-ia cortesia, formalidade e seriedade de quem lá se pronuncia, o cumprimento do seu regimento e uma exibição de civilidade perante os elementos do Governo e o país, “as pessoas que ouvem lá em casa”.⁶

O Regimento da Assembleia⁷ convoca um protocolo específico e um conjunto de regras para os debates realizados, estabelecendo e regendo o funcionamento interno do Parlamento. Em termos de registo de língua, o regulamento é, numa palavra, vago.

É sucinto, estabelecendo apenas que o Presidente da AR é alocutário necessariamente expreso (protocolar), que a linguagem não pode ser ofensiva, o que não permite delimitar, para além de casos notórios, o que pode ser considerado ofensivo⁸ (Duarte & Marques 2024).

Contudo, o facto de não haver uma definição clara sobre o que é ou não uma ofensa, não significa que não se exija, de um político, determinado padrão de comportamento espelhado em cordialidade, respeitando as máximas conversacionais de cortesia, contribuindo para a interação, numa partilha de respeito e educação.

No último ano⁹, tem-se observado uma degradação da AR a nível da linguagem utilizada em sessões plenárias, tornando-se comuns a agressividade, o uso de insultos e interrupções constantes. Esta mudança traz, consequentemente, implicações para a Democracia, e torna-se importantíssima uma análise linguístico-pragmática aprofundada que estude o impacto de degradação que o povo sente¹⁰, como se comprova pelo artigo do jornal *Público* “O último ano da AR: “não vales um charuto”, “aberração”, “és uma vergonha.””, do dia 12 de abril de 2025¹¹.

⁵ Descrição retirada do site oficial do Parlamento. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/assembleia-como-orgao-soberania.aspx> (consult. Em 2025-04-14).

⁶ Citação retirada da Moção de Censura (21 fev. 2025), pág. 18.

⁷ Regimento Assembleia da República: https://www.parlamento.pt/arquivodocumentacao/documents/regimento_ar_2020.pdf (consult. em 2025-04-14)

⁸ A única vez que a palavra *Ofensiva* é mencionada no Regimento - “O orador é advertido pelo Presidente da Assembleia da República quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo retirar-lhe a palavra.” (Artigo 89.º - Modo de usar a palavra)

⁹ A partir de 2024.

¹⁰ Sente, como quem consegue ver, e sofre.

¹¹ Consultar: PÚBLICO. (2025, 12 de abril). “Aberração”, “não vales um charuto”, “és uma vergonha”: o último ano no Parlamento. *Público*. <https://www.publico.pt/2025/04/12/politica/noticia/aberracao-nao-vales-charuto-es-vergonha-ultimo-ano-parlamento-2129441>

Vivem-se tempos de ambiguidades, em que o discurso político é perfunctório e com propósitos influenciadores, e esta análise tenciona demonstrar que o discurso consegue ser uma teia de manobras linguísticas criadoras de uma imagem política específica. É primordial, para o bem da comunidade, o pensamento crítico sobre o que nos circunda, sobre o que se diz, como se diz e o que se quer mesmo dizer com o que se diz.

2. Enquadramento teórico & Metodologia

Neste ponto, irão ser passadas em revista algumas noções teóricas, rentáveis para a presente análise, convocadas para enquadrar a investigação posterior dos dados recolhidos, ainda assim, reforça-se que haveria outros pontos de vista possíveis e relevantes para o estudo.

Contexto – O seu mundo

Apesar de ser um tema central para a linguística, devido à sua complexa definição, é indubitável a importância do contexto para o ramo da pragmática. «*Contextus*», do latim, é definido como “conjunto de circunstâncias à volta de um acontecimento ou de uma situação” e “aquilo que envolve algo ou alguém”¹², e a noção foi subdividida, por Maingueneau (2000), em três categorias¹³, sendo estas *contexte situationnel*, *cotexte* e *la connaissance du monde*.

Neste estudo, dar-se-á foco ao contexto situacional, que abrange o local físico, os participantes, incluindo o seu estatuto e funções, a situação social, bem como o género discursivo e o seu regime, sumariamente, a totalidade da circunstância. O contexto é, assim, o “*hic et nunc*”¹⁴, como diz a definição de Auer & di Luzio, 1992: 22 «Context is not a collection of material or social “facts” [...] but a number of cognitive schemata about what is relevant for the interaction at any given point in time».

A discussão desta Moção de Censura teve lugar na AR, referida anteriormente como casa da Democracia e respeito, um local onde se debate, fiscaliza e legisla, composta por uma câmara de Deputados, eleitos pelo povo português, que têm como dever “Respeitar a dignidade da Assembleia da República e dos Deputados”¹⁵, tendo, também, poder, definido na

¹² Definições retiradas de “contexto”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/contexto>.

¹³ Para uma visão mais aprofundada, ler: Maingueneau, Dominique (2000): *Analyser les textes de communication*, Paris, Nathan.

¹⁴ Expressão latina com significado de “Aqui e agora”.

¹⁵ Estatuto dos deputados: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/EstatutoDeputados_Simples.pdf (consult. em 2025-04-15).

Constituição da República Portuguesa¹⁶. Esta Moção enquadra-se, socialmente, numa época de crise política, sendo um sintoma do contexto social a presença de discursos, regularmente, hostis e de incriminações.

Este contexto contamina o género discursivo, mantendo uma relação de codependência, visto que o género, igualmente, se adequa ao contexto, estabelecendo uma estrutura fixa e reconhecida.

Género discursivo – Moção de censura

A noção de género discursivo representa a estabilidade de tipos textuais com uma estrutura razoavelmente fixa, aceite e caracterizada por certos traços linguísticos e organizacionais, isto é, exemplificando: quando um texto é curto, tem personagens que são animais, uma moral a ensinar, e as pessoas conseguem, sem ler em profundidade e sem qualquer dificuldade, identificar que se trata de uma fábula, está-se, assim, perante um exemplo de género. A diversidade de géneros consegue ser, no fundo, a heterogeneidade conceptualizada, isto porque quem os realiza pode produzir inúmeros enunciados com diversas e inesgotáveis possibilidades estilísticas, desde os estilos quotidianos até às complexidades narrativas dos grandes escritores. Como escreveu Bakhtine:

We are given these speech genres in almost the same way that we are given our native language [...] We assimilate forms of language only in forms of utterances and in conjunction with these forms. The forms of language and the typical forms of utterances, that is, speech genres, enter our experience and our consciousness together, and in close connection with one another. To learn to speak means to learn to construct utterances [...] Speech genres organize our speech in almost the same way as grammatical (syntactical) forms do. (1986: 79)¹⁷

Dado que cada campo social desenvolve diferentes géneros discursivos, «Each separate utterance is individual, of course, but each sphere in which language is used develops its own relatively stable types of these utterances. These we may call speech genres.» (Bakhtine, 1986: 60); já que todos implicam o uso da linguagem, a utilização de determinado léxico e estrutura, sob uma estabelecida temática, o género político não foge a este padrão.

O discurso político, um discurso de *le mentir vrai*¹⁸, descreve-se como uma linguagem estratégica e argumentativa, inserido no mundo governamental, mas voltado para o “outro”¹⁹, cujo objetivo será alcançar o interesse público e o bem social, utilizando, predominantemente,

¹⁶ Artigo 156º - Poderes dos Deputados. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consult. 2025-04-15).

¹⁷ Bakhtine, M. M. (1986). *Speech genres and other late essays* (V. W. McGee, Trans.; C. Emerson & M. Holquist, Eds.). University of Texas Press. (Publicado originalmente em 1979).

¹⁸ Referência a Charaudeau (2005) em *Le discours politique*.

¹⁹ Povo.

uma alocução persuasiva, aproximada da emoção. Este discurso divide-se, ainda, em vários subtipos, uma vez que, por exemplo, uma moção de censura não é equivalente a um discurso de campanha eleitoral.

Uma Moção de Censura é «um instrumento de fiscalização típico de sistemas em que o Governo é responsável perante o Parlamento, visa reprovar a execução do Programa do Governo ou a gestão de assunto de relevante interesse nacional. Pode ser apresentada por um quarto dos Deputados [...] ou por qualquer grupo parlamentar. A sua aprovação requer a maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções [...] e provoca a demissão do Governo.»²⁰

Ethos - ἦθος

Ethos, do grego, é uma temática estudada ao longo dos tempos pelas áreas da linguística e da pragmática. Apesar da dificuldade em alcançar uma definição exata do conteúdo e significação, o conjunto dos estudos exibem uma propriedade partilhada – concordância em vincular as conceções com as de Aristóteles, presentes em Retórica²¹.

Aristóteles, na sua obra, faz uma divisão tripartida de formas de argumentação persuasivas em que quem se manifesta se deve fundamentar com o propósito de alcançar um discurso eficiente e seguro, sendo estas o *Logos*, o *Pathos* e o *Ethos*:

Of the modes of persuasion furnished by the spoken word there are three kinds. The first kind depends on the personal character of the speaker; the second on putting the audience into a certain frame of mind; the third on the proof, or apparent proof, provided by the words of the speech itself.²²

O presente estudo concentrar-se-á apenas no *Ethos*, definido, em Retórica, como “*moral character*”, em que o locutor é a origem do enunciado e passa de si uma imagem de confiabilidade, adaptada, sistematicamente, ao contexto, de forma a persuadir o público, ajustando-se às expectativas coletivas. Segundo Maingueneau (2022), o *Ethos* é mais complexo que a definição dada por Aristóteles, pois, além da fala, este está presente em todas as formas de discurso, de que designou cinco subtipos²³: o *Ethos pré-discursif*, imagem conhecida pré-existente, *Ethos discursif*, imagem apresentada no discurso, *Ethos dit*, forma como o orador

²⁰ Informação retirada de: <https://www.parlamento.pt/Fiscalizacao/Paginas/Moco-es-sobre.aspx> (consult. 2025-04-15). Para uma compreensão mais detalhada, ver: https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Folha_Moco-es.pdf

²¹ Considerada uma das obras mais importantes sobre persuasão, examinando como a fala e a argumentação conseguem influenciar o povo, utilizando conceitos chave como *Ethos*, *Pathos* e *Logos*.

²² Aristotle. Rhetoric (W. Rhys Roberts, Trans. (1954)). In W. D. Ross (Ed.), The works of Aristotle (Vol. 11). Oxford University Press. – Pág. 8/9.

²³ Para um maior estudo, ler Maingueneau, D. (2002). *Problèmes d'ethos*. Presses Universitaires de France.

deseja ser visto, *Ethos montré*, o que não é dito explicitamente (e.g. implicaturas, gestos, tom) e o *Ethos effectif*, resultado das quatro interações entre os distintos modelos de *Ethos*.

Ethos é, assim, uma representação do orador, que se apresenta através de uma encenação (Maingueneau, 2002), expondo uma posição favorável sua para o público, sendo, num só, voz e corpo, imagem e ideia, prestígio e ilusão.

Atos de fala

A noção de ato de fala foi introduzida por J. Austin, que avalia a linguagem como uma ação e analisa simples enunciados inseridos num contexto e ditos com um determinado objetivo a fim de caracterizar o ato linguístico expressado.

A utilização da linguagem acarreta várias habilidades com a possibilidade de realizar inúmeros fins, como afirmar algo, expressar o que se sente, realizar uma ordem, comprometer-se ou fazer uma declaração.

Quando se expressam enunciados que são iniciados por verbos performativos como “Eu prometo (...)” ou “Eu batizo (...)”, dizer é equivalente a fazer, o propósito é a realização de um ato futuro, e não apenas constatar um facto.

A teoria de J. Austin foi expandida por J. Searle (1969) que categorizou os atos de fala como assertivos, afirmações e descrições, diretivos, onde se tenta que o outro realize uma ação, como pedidos ou ordens, compromissivos, onde o falante se compromete a algo, expressivos, manifestação de um estado, gosto ou opinião, e declarativo, em que se altera as circunstâncias (e.g. rituais de casamentos).

A partir da caracterização de Austin dos atos de linguagem (1962), reconhece-se, então, a importância do uso desta noção para a análise e consideração do discurso político, num ambiente de debate, quanto às estratégias de argumentação e seleção dos atos de fala.

Destinatário

Jakobson, na década de 1960, entregou-se ao estudo das funções da linguagem, estudando os fatores integrantes do discurso, sendo um deles o destinatário. O destinatário, ou o alvo, é a quem se envia, decodifica e entende a mensagem. Enquadrando no discurso político, o recetor são duas pessoas: os políticos que debatem entre si e o povo.

«A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado.»
(Jakobson, 1960/1970: 15)²⁴

Vale a pena ressaltar, ainda, que, já que é pelo destinatário que a palavra²⁵ adquire sentido, o sucesso dos atos de fala, mencionados previamente, encontrar-se-á na sincronia de visões referentes quer ao locutor, quer ao destinatário.

Formas de tratamento

As formas de tratamento são, de certa forma, um suporte básico no discurso que evidenciam uma etiqueta de conversação, onde são marcados dois eixos: o horizontal, que espelha a relação de familiaridade entre os locutores, e o vertical, que denota a respetiva posição hierárquica. As formas de tratamento, a partir de agora FT, são marcadores linguísticos que determinam laços de distância e grau de formalidade entre os locutores.

Assuntos como o princípio de cortesia, o ajuste ao destinatário e a questão da face²⁶ são fundamentais na manutenção do discurso. Estas FT, como disse Cintra (1972), podem ser nominais (formas como o “Senhor Presidente”, etc.), pronominais (“você”, “tu”, etc.) e verbais (“tu vais” resumido a “vais”; ou “vais” com sujeito nulo), sendo a 3.^a pessoa gramatical a forma de tratamento comum e mais aceite socialmente, de preferência sem o “você”, visto como quase inadmissível, geralmente sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês (Duarte, 2011: 4). Já a 2.^a pessoa do singular é usada em contexto de proximidade social (Duarte, 2010: 136), mas pode, em contextos em que a intimidade é nula, ser considerada ofensiva e descabida.

2.1. Metodologia

Neste trabalho, foi analisado o texto transcrito da Moção de Censura n.º 1/XVI/1.^a – “Pelo fim de um Governo sem integridade, liderado por um Primeiro-Ministro sob suspeita grave”, apresentada pelo grupo parlamentar do CHEGA, e confrontado com a gravação existente no YouTube, no canal da Renascença.²⁷

²⁴ Jakobson, R. (1970). *Linguística e comunicação* (I. Blikstein & J. P. Paes, Trad.). Editora Cultrix. (Originalmente publicado na década de 1960). Retirado de: https://www.professorjailton.com.br/novo/biblioteca/Roman_Jakobson_Linguistica_e_Comunicacao.pdf

²⁵ Mensagem.

²⁶ Conferir o capítulo “On Face Work” de Goffman, E. (1967). *Interaction ritual*. Anchor Books.

²⁷ Debate gravado no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=lxMamqIj5dM&t=540s>

A versão transcrita encontra-se no site oficial do Diário da Assembleia da República, em PDF²⁸, contém 80 páginas e foi publicada no dia 22 de fevereiro de 2025, sendo que o debate da Moção foi realizado no dia 21 de fevereiro de 2025. No debate, usaram da palavra, além dos oradores André Ventura (CH) e Luís Montenegro (PSD), o presidente da Assembleia da República (PAR) e 35 deputados, 16 do PSD, seis do PS, seis do CH, dois do PCP, um do IL, um do L, um do BE, um do PAN e um do CDS-PP.

A análise será pragmática-discursiva, com fundamentação em trabalhos de Searle, Austin, Maingueneau, Bakhtine e Jakobson, que contribuem para realizar um estudo não apenas focado no conteúdo do discurso, mas verificar o que acontece além dele. Serão avaliados os seguintes conteúdos pragmático-linguísticos: formas de tratamento, destinatário, *ethos*, atos de fala, ironia, formalidade e informalidade, e a análise será feita a partir da recolha de fragmentos de texto previamente escolhidos.

3. Análise dos dados & Resultados

Destinatário

Conforme o referido previamente, todos os discursos têm destinatários, um constituinte crucial de um diálogo, e este pode ser direto (marcado) ou indireto (não marcado, mas interpretado pelo contexto e conhecimento prévio) (Jakobson, 1960). Ora, na Moção de Censura verifica-se que:

- O principal destinatário é o PM²⁹ Luís Montenegro, dado que a Moção de Censura foi focalizada para o PM, referido quase sempre na abertura de turno de palavra, em saudação, como “Sr. Primeiro-Ministro”, e no decorrer do discurso, como “Sr. Primeiro-Ministro”, “senhor” ou “Sr. Ministro”³⁰, usado apenas três vezes, dado que a forma “Sr. Ministro”, sem o nome próprio referido, não é aceite e leva o PAR a intervir. Como nos exemplos: (1) – “Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro [...]”; (2) “[...] em que o senhor é a pessoa [...]”; (3) “Sr. Ministro, se realmente se confirmar [...]”.

²⁸ Versão transcrita da discussão da Moção: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c3168575355786c5a79394551564a4a4c305242556b6c42636e463161585a764c7a457577716f6c4d6a42545a584e7a77364e764a5449775447566e61584e7359585270646d4576524546534c556b744d446b794c6e426b5a673d3d&fich=DAR-I-092.pdf&Inline=true> (consult. 2025-03-27)

²⁹ Primeiro-Ministro.

³⁰ Termo não aceite. Corrigido pelo PAR: “O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro e não Sr. Ministro” (pág. 46)

- Outro destinatário direto são os deputados presentes, no contexto do debate, já que são estes que têm poder de decisão sobre o resultado desta Moção e, na AR, debatem e respondem entre si. Estes são múltiplas vezes designados, como um todo, como “Srs. Membros do Governo”, “Srs. Deputados”, sendo o termo predominante, e quando é de menção singular utiliza-se a forma “Sr. Deputado/a [nome]”. Como no exemplo: (1) “Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura [...]”.

- O PAR é, também, destinatário do discurso, e este é sempre mencionado antes de os deputados iniciarem o seu discurso, como forma de cumprimento e abertura. Como no exemplo (1) “— Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo [...]”.

Verificaram-se, também, destinatários indiretos, que não são referidos alocutivamente, mas delocutivamente, inseridos no discurso, mas sem serem expressos diretamente. Um caso é o povo português, uma vez que quem produz o discurso político pretende estabelecer conexões com o público, através das necessidades sociais. Este, apesar de não estar presente, é inúmeras vezes mencionado. Conforme os exemplos: (1) “[...] prestar esclarecimentos ao povo português [...]”; (2) “[...] olhos nos olhos aos portugueses [...]”; (3) “[...] as respostas que têm de dar a Portugal.”; (4) “[...] julgado pelo povo [...]”; (5) “[...] as pessoas que nos estão, hoje, a ouvir lá em casa [...]”; (6) “[...] a vida das pessoas comuns [...]”; (7) “[...] os problemas maioritários das pessoas concretas.”

Outros são os casos de: (1) “Pode ser inteligência artificial, como o outro!...”

(aludindo ao deputado não inscrito Miguel Arruda); (2) “[...] leva ou não leva a dizer que, no seu grupo parlamentar, há Deputados que têm imobiliárias [...]”; (2.1.) “[...] enquanto aguardamos pela resposta do Deputado [...] sobre a possibilidade ou não de ter Deputados que têm [...]”, implicando a existência de deputados não identificados diretamente, mas identificáveis pelos seus pares e pelo povo português.

Ademais, é necessário esclarecer que um indivíduo, numa interação, não é, jamais, livre. Num discurso, há que ter, invariavelmente, atenção a quem ele se destina e em como conseguir adequar o seu conteúdo ao(s) destinatário(s), já que um dos fatores fundamentais para uma comunicação bem-sucedida é a sua absorção. A seleção de léxico, por exemplo, é substancial para se ser considerado eloquente, e deve ser feita consoante o vocabulário lexical de que o orador e o destinatário dispõem em comum.

Formas de tratamento

A forma de tratamento deveria ser sempre adequada ao destinatário do discurso (Duarte, 2011: 139). O Parlamento é, em todos os contextos, um local de cortesia e onde se expecta

respeito governamental, como se viu no tópico anterior, com o uso de formas comuns e protocolares, como, por exemplo, “Sr. Deputado”.

Observou-se, no entanto, FT nominais personalizadas, direcionadas sempre ao grupo parlamentar do CH e ao seu presidente, como modo negativo de associar conotativamente a censura à identidade do partido, originando uma nota estilística que facilita a crítica. Conforme os exemplos: (1) “[...] Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André «Censura» [...]”; (2) “[...] Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado da censura [...]”; (3) “[...] o partido «censurante» [...]”.

Ainda nas FT nominais, observou-se o uso recorrente da forma “os senhores”³¹ sempre com uma implicação negativa e utilizado pejorativamente na menção ou aos deputados, como um todo, ou ao partido que o destinatário integra. Como é visível nos exemplos: (1) “Os senhores estão aqui apenas para fazer chicana política [...]”; (2) “Os senhores deviam ter vergonha!”.

Salienta-se, também, a delocução-alocução, que tem um efeito pragmático evidente: delocutar o destinatário-adversário que na verdade está presente, em que tratá-lo como uma 3.^a pessoa é uma estratégia de descredibilização (Duarte & Marques 2024), veja-se em (1): “O Sr. Primeiro-Ministro optou por não dar, por esperar pela iniciativa do Chega [...]”.

As FT pronominais referidas no debate oscilam entre mecanismos de conversação obrigatórios (exemplo 1) até ao ataque provocatório e rude. O uso das formas “eles”, “daqueles” e “vocês” são manobradas como um método de distanciamento e barreira entre o partido orador e o adversário, sempre com uma entoação depreciativa, agressiva e acusadora. Já a forma “vos” revela pouca cortesia, uma proximidade impertinente e até desviante em relação à formalidade governamental, pois embora sejam formas gramaticais corretas, não coincidem com a etiqueta do Parlamento, acabando por sugerindo desrespeito (exemplo 4). De acordo com os exemplos: (1) “Vou-lhe dizer, como já disse aqui [...]”; (2) “— Eles estão a provocar!”; (3) “[...] daqueles senhores do PS [...]”; (4) “Arrasar a democracia é dizer-vos a vocês [...]”.

Já a forma “você” é, curiosamente, usada, ainda que apenas uma vez, revelando distância, desinteresse e aspereza, em (6): “— Que você é um aldrabão!”.

A FT pronominal “vossa excelência”, uma antiga forma de preferência para os membros do Governo, uma forma de referência e delicadeza com diversas gradações quanto a distâncias de natureza diversa entre os interlocutores (Cintra, 1972), é empregue com um sentido irónico,

³¹ Embora sobretudo para o singular, Duarte & Marques (2023). Consideram que “o senhor” se está a pronominalizar. Ver: Referring to discourse participants in European Portuguese: the form of address o senhor. In Posio, Pekka & Herbeck, Peter (eds.). *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 273–306). Berlin: Language Science Press.

perdendo todo o significado de respeito que outrora houve, como em (7): “É essa a prioridade que VV. Ex.^{as} têm para os jovens?” e (8): “[...] porque VV. Ex.^{as} falharam [...]”.

O debate no Parlamento e a abordagem entre deputados é, por norma, realizada com distância formal, com o uso de formas nominais já analisadas aqui como “o Sr. Deputado” ou pelo uso do verbo da 3.^a pessoa sem o pronome “você” marcado. Ora, nesta Moção, é de ressaltar o uso do tu – 2.^a pessoa do singular –, não significando só informalidade, mas sobretudo um tom conflituoso, de confronto, e afronta. A FT verbal na 2.^a pessoa tem um peso agonal, correlacionado a provocações, já que não se usa a forma “tu” em contextos políticos à exceção de contextos com objetivos de desprezar o outro. Exemplificando: (1) “— Estás com 0,5 % na Madeira!”; (2) “Pagas por quem? Pelo padrinho!”; (3) “Não ganhavas três salários?”.

Observou-se, então, a prioridade de FT nominais, depreensível conforme o contexto institucional em que ocorre a Moção, o uso do tu e da FTP “vossa excelência” provocativos, a conotação depreciativa da forma “os senhores” e a desvalorização através da delocução-alocução,

Formas de tratamento – O vocativo

Ainda no que concerne às FT utilizadas no debate, ressalta-se o uso do vocativo acompanhado com a interjeição “Ó”, que, noutros contextos, é usado para invocar um interlocutor, mas em contexto parlamentar tem uma conotação diferente – e acirrada.

Verifica-se que o uso desta combinação não compatibiliza o requisito do contexto com o descomprometimento da alocução, fazendo crescer um ambiente imaturo e coloquial³², denotando, por vezes, sarcasmo, confronto e desrespeito. Esta fusão, portanto, faz com que um discurso na Assembleia se assemelhe a um *papotage*³³, com o seu toque informal, espontâneo e de confronto pessoal. Como se verifica em (1): “— Ó Sr. Deputado André Ventura, vou dizer-lhe [...]”; (2) “Ó Sr.^a Deputada, faça uma coisa: meta vergonha e cole-a na cara.”.

Atos de fala

Falar é, de acordo com Austin, agir. Como já referido, a pragmática ocupa-se com a análise dos atos de fala para evidenciar a importância do contexto, outro tema em foco, em que a força ilocutória está dependente da situação em que o ato se insere. Sendo que este debate tem como contexto uma Moção de Censura realizada na AR, espera-se que os atos de fala realizados

³² Reforça-se que não é pretendido, com esta frase, estabelecer ligação entre imaturidade e coloquialidade.

³³ “Conversa de café” – caracterizada pelo seu carácter informal.

sejam de tipo assertivo, expressivo ou diretivo com valor de pergunta, dado que o ambiente é argumentativo.

Assim, observou-se que, de facto, esses são os atos predominantes, já que num debate ou discurso o objetivo será mostrar certeza e atitude – construir segurança – (asserção, exemplo (1)), e exigir certezas, respostas, explicações – mostrar controlo – (diretivo de pergunta, exemplo (2)). Exemplificando: (1) “Reafirmo: este Governo liderou e vai continuar a liderar na descida dos impostos [...]”; (2) “[...] pergunto-lhe: quem o substitui nesta consultoria, quem são as pessoas?”. Ainda nos atos diretivos, salienta-se um caso peculiar, o ato em (4) “— Falso! É mentira!”, um ato assertivo, com certeza, mas com um valor de acusação e estratégia, em que o outro é visto como desonesto e o eu alocutário não. A propósito, note-se que um ato assertivo como (4) seria visto como um desrespeito e infração no parlamento britânico, dado que, conforme a *unparliamentary language*³⁴, é proibido afirmar que um membro está a mentir, mesmo se estiver, já que se presume que todos os membros do governo e do parlamento sejam honrados e exerçam a função do mesmo modo.

Analisou-se, todavia, a utilização de atos diretivos com valor de ordem, atos que levam o outro a realizar uma ação, com uma conotação confrontacional, que exprimem controlo do discurso e mostram um esquema de imposição sobre o outro – o adversário. Como são os casos: (1) “— Tenha vergonha!”; (2) “— Os senhores deviam ter vergonha!”; (3) “Não sairemos daqui sem darem as respostas que têm de dar.”; (4) “Responda, Sr. Deputado André Ventura, responda!”.

Dessarte, a predominância, expectada, dos atos assertivos e diretivos com valor interrogativo desempenha uma função discursiva, dado que são estruturas fixas de debate, argumentativas, que servem para a afirmação e questionamento da posição do outro. Já as acusações e os atos diretivos de ordem fortalecem a discussão, onde produzem um ambiente afrontoso.

Registo – (in)formalidade governamental

Sendo a AR um órgão de soberania, pressupõe-se, portanto, o uso de um tom sério e de respeito, um registo cuidado e institucional, mesmo que não haja nenhuma norma decretada sobre a linguagem a empregar.

³⁴ Conferir: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201213/cmselect/cmproced/writev/language/p19.htm>

Todavia, observou-se, nesta Moção, o uso de um estilo informal em certas ocasiões e por certos deputados, afastando-se do roteiro de deferência e requisito, como o proferir expressões coloquiais, o tratamento por tu, o recurso à ironia, o uso de termos informais até o modo como o discurso é organizado.

Utilizaram-se, então, expressões coloquiais, que, num ambiente do dia a dia, representam informalidade e descontração; já no Parlamento, representam desrespeito, excessiva informalidade, provocação ao outro (com o auxílio de um tom humorístico), não negando, conquanto, a interpretação espontânea e expressiva. Estas expressões relacionam o debate político, realizado numa instituição governamental, com um discurso quotidiano – gerando, assim, um ambiente informal, mesmo não o sendo.

Alguns exemplos: (1) “o esfarrapado a falar do roto”; (2) “Eles vieram tosquiar, saíram daqui tosquiados”.

A ironia, figura estilística, que consiste em “dizer o contrário daquilo que se pretende dar a entender”³⁵, é utilizada, no Parlamento, com um objetivo: a expressão crítica. Analisa-se que, já que insultos, embora sem definição concreta, não são permitidos, a utilização da ironia torna-se uma manobra discursiva amoldada ao contexto – uma técnica de reprovação e depreciação do adversário – sem o recurso ao insulto direto. A ironia é, em suma, um jogo. Um encontro de críticas subtis, afrontas discretas, insinuações perspicazes. São exemplos: (1) “Sr. Deputado André Ventura, o seu critério, o seu alto magistério, a sua moralidade bacoca leva ou não leva [...]”; (2) “[...] para quem me instou a vir sem arrogância, a forma como terminou a sua intervenção, Sr.^a Deputada [...], é muito inspiradora [...]”; (3) “Está-se mesmo a ver que é aqui que vai ser edificada uma construção cuja valorização patrimonial me vai dar a riqueza que nunca tive, está-se mesmo a ver.”.

Ao longo da Moção observaram-se, também, termos informais recorrentes. Estes, representantes da expressão em vocábulos, sinónimos de teatro político, afastam a formalidade e a neutralidade do discurso governamental, aproximando, consequentemente, mas intencionalmente, o tom populista e comum. Alguns desses termos foram: (1) “chicana política” – insinuando uma política cheia de artimanhas; (2) “própria bitola”; (3) “moralidade bacoca” – forma utilizada ironicamente, com um tom insultuoso; (4) “uma bandalheira fiscal”; (5) “Este ‘gajo’ é mesmo bom!”.

³⁵ Porto Editora – no Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-04-21 18:00:07]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ironia>

Houve, também, casos de utilização de insultos e afrontas pessoais, que acabaram por transgredir o princípio da cortesia³⁶, e que ajudaram na construção do palco e espetáculo político. Os usos destes termos contribuem para a criação de um *ethos* político encenado, abusado, mas com um toque de confiança expresso, com objetivos de entusiasmar quem vê e desvalorizar quem está. Tal como nos exemplos: (1) “Mentiroso! Aldrabão!”; (2) “Populistas!”; (3) “Demagogo!”.

Além do que se diz, é necessário analisar como se diz e o que se quer mesmo dizer com o que diz, dado que, no fim, tudo pesa, e, afinal, não passa tudo de uma encenação táctica que procura retornos, reacções e, “ao fim e ao cabo”, drama. São exemplos: (1) “Oçam bem, oçam bem agora, Srs. Deputados [...]”, uma repetição “espalhafatosa” com uma entoação de deboche e provocadora; (2) “— Já comeram fruta hoje?”, dito subitamente, reveladora de infantilidade, com o propósito de gozar com a face do outro, retirando seriedade ao debate; (3) “— Isto está a custar-lhe de uma maneira que é de morrer a rir!” e (4) “O Deputado André Ventura vem com o dedo espetado, quando devia era chegar a este debate com uma corda ao pescoço [...]”, servindo como manifestação de desprezo, em que se ridiculariza o outro, por vezes, com o auxílio de metáforas violentas, sendo muletas do teatro e espetáculo político. Assíduas são, igualmente, as repetições – marcadoras de elocução – operárias na construção do discurso, do tema, do ritmo, no fundo – dirigentes da persuasão – como em (5) “Foi malabarista quando em relação ao choque fiscal que anunciou [...] anunciou mais camas [...], mas não anunciou que [...] tal como não anunciou que [...] tal como não anunciou que [...]. Anunciou mais psicólogos [...], mas não anunciou que [...]. Anunciou depois que [...], mas escondeu que [...], escondeu que [...]. Anunciou, anunciou, anunciou, mas, quando chegou a altura da concretização, concretizou pouco, muito pouco, ou nada. E ameaçou. O seu Governo ameaçou [...]. E ameaçou também com [...].”

Egressa de ser casualidade, observa-se que estes meios não passam de um amparo para a estruturação de um discurso estratégico, carecente de fazer-se notar, esquivo à formalidade, tornando-se performativo, pensado e encenado.

³⁶ O princípio da cortesia foi introduzido por Leech, que explica que o uso da cortesia deve ser usada para reduzir o desconforto e potencializar o bem-estar comunicativo. Ver: Leech, G. (1983). *Principles of pragmatics*. Longman. Neste estudo, não será um tópico aprofundado, apenas será mencionado como reforço ao texto.

***Ethos* – o que o compõe**

Cada ato de expressão requer a criação de uma imagem pessoal e única, em que o locutor, sem precisar de falar de si, com as suas escolhas linguísticas, estilísticas e lexicais, constrói a sua representação. Dito por outra forma, o *ethos* é a maneira de ser através de uma maneira de dizer (Maingueneau, 2008: 94).

Ora, sendo o contexto um debate de uma Moção de Censura, é expectável que sejam construídas, por cada orador, imagens refletidas em firmeza, honradez, respeitabilidade e *savoir-faire*³⁷. Isto é, o partido que apresentou a Moção compõe uma figura de oposição ao Governo, em que argumentar não é bastante, mas exige um caráter íntegro, sensato, virtuoso e capaz de se expor estável perante o Parlamento onde enriquece a sua figura associada à proteção do povo. Já o governo do PM, tal como este só, expõe uma imagem séria, confiante, competente e confiável, mostrando-se apto para responder ao ataque da oposição, contrapondo-o.

Foi observado, então, no que toca à oposição, a utilização de uma linguagem intensa, exaltada, populista, com o recurso constante do “tu” e das expressões críticas, compondo, assim, um *ethos* revoltado, agressivo, batalhador, aparecendo como símbolo da razão, exigente da verdade, que atua e fala pelo povo, alcançando-o pelo uso predominante do discurso populista, desrespeitando a cortesia, recorrendo a uma linguagem rude, direta e despreocupada, que deseja contrastar com a linguagem sofisticada dos adversários “hipócritas”. São exemplos: (1) “Sr. Ministro, com toda a franqueza, [...], só há mesmo um caminho, que é sair enquanto ainda pode dar alguma dignidade a este Governo!”; (2) “Estão a brincar com quem? Repito: estão a brincar com quem?!”; (3) “Ó Sr. Deputado, os senhores deviam ter vergonha de falar neste assunto. — Os senhores deviam ter vergonha! [...] é de bradar aos céus!”; (4) “Olhe, sabe o que devia fazer? Olhar para os jovens que estão hoje, [...], e dizer assim: «Nós somos mesmo incompetentes, pedimos desculpa pela nossa incompetência»”.

Destaca-se, ainda, uma estratégia de tentativa de enaltecimento político, proferida por um deputado da oposição, concretamente do CH, caracterizada por ataques, hostilidade e alarido, em (5) “[...] só gostava de lembrar a esta Casa, a Casa da Democracia, uma expressão em latim: *ad hominem* — quando não se tem argumentos, ataca-se a pessoa.”, percecionada como ousada, refletindo o histórico do partido, desarmonizando o *ethos discursif* com o *ethos dit*, mencionados acima. Seja dito de passagem, o partido em causa é quem mais faz ataques *ad*

³⁷ Expressão francesa do séc. XVII; significa uma aliança entre saber e fazer. Ver: <https://ensina.rtp.pt/artigo/savoir-faire/>

hominem, manipulando o discurso com um *ethos* exagerado e falso, contrapondo a oposição, como seria interessante comprovar num estudo posterior.

Sobre a imagem concedida pelo PM e Governo, constatou-se que se procurou construir um *ethos* de credibilidade, onde foram apontadas as suas execuções políticas, numa enumeração de feitos já realizados, revelando esforço e dever, querendo exibir positividade, um *ethos* de competência, hábil para progredir, um *ethos* empenhado na verdade, esforçado para ilegitimar a afronta da oposição, vista como aproveitadora e inautêntica, marcando discussão da Moção com a expressão “o populismo combate-se com a competência”, várias vezes repetida, sendo que a competência está no governo e o populismo está na oposição. Observa-se, também, um *ethos* aguerrido, que se esforça para persuadir o público, que tenta alcançar a aprovação, confiança e respeito, fortalecendo a sua apreciação. São exemplos: (1) “[...] o combate ao populismo e aos políticos de mesa de café [...] faz-se com eficácia, com trabalho e com [...] competência.”; (2) “Do que o País precisa é de liderança com coragem, é de firmeza com prudência, garantindo o rumo transformador [...]. Este Governo tem demonstrado que [...] sabe liderar rumo à melhoria da vida dos portugueses, à estabilidade, [...] e à salvação do Estado social. O Governo liderou e vai continuar a liderar. E nada — mesmo nada! — nos vai desviar deste rumo.”; (3) “Liderámos e continuaremos a liderar [...]. Nunca houve um regime de IRS tão favorável [...]. A isenção de IMT já deu acesso a casa a dezenas de milhares de jovens. [...] nunca desistiremos [...] de lutar [...]. Liderámos e continuamos a liderar [...]. Privilegiámos a integração e o humanismo sobre o preconceito e o ódio.”; (4) “Não me recordo de um líder partidário expor de forma tão clara tantos aspetos [...]. E fê-lo a bem da transparência. Por isso, transparência é o que mais tem havido aqui.” Tal como o “slogan” acima referido, o enunciado “Liderámos e continuaremos a liderar” repete-se como um estribilho para reforçar o *ethos* de competência do governo.

Assim, constata-se que é pelo *ethos* que o orador se apresenta, sendo este um suporte de persuasão essencial, já que não se trata de uma representação verdadeira, mas sim de uma imagem ilusória, de “parecer ser”.

4. Considerações finais

Este estudo carregou consigo um objetivo: analisar pragmática-discursivamente a discussão de uma Moção de Censura, como é que, então, o discurso se manobra perante o contexto e a quem se destina, quais são os moldes textuais, lexicais e pragmáticos enquanto evento localizado na AR, sede de representação nacional.

Concordando com o artigo do jornal *Público*, indicado antes, observou-se, de facto, termos que não se preveem no Parlamento, um núcleo de respeito, modos descorteses, informais e aviltantes, desde formas de tratamento insultuosas a expressões sarcásticas descabidas, conduzindo, inquestionavelmente, à degradação do debate político e a um espaço de vexame.

Esta análise, tendo como base concepções pragmáticas, permitiu fragmentar o discurso de forma a conseguir avaliar a profundidade do que é dito e como é dito, do sentido e do uso dos atos de fala a fim de fabricar um *ethos* pretendido, do modo que as formas de tratamento se ajustam ao ambiente, ao locutor e à alocação formulada, no fundo, do que constitui uma encenação política, quais as estratégias persuasivas, a intenção da linguagem.

Espera-se, portanto, ter conseguido responder à pergunta inicial, apresentando que uma análise linguístico-pragmática de discursos políticos contribui para o aprofundamento destes, alcançando a sua raiz argumentativa, ajudando a compreender como é que os atos se transformam em ações e, sobretudo, como é constituído o discurso de quem tem poder, que destina a persuadir, distrair e entreter quem ouve. Ainda, para investigações futuras, no mesmo ramo, será adequado e importante estudar aspetos discursivos como as insinuações, enquanto estruturas de julgamento e juízos de valor, bem como os mecanismos de intensificação, a modalidade, a gestão de faces, assim como, a partir do vídeo, analisar o conteúdo não verbal, como os gestos, o tom, e as atitudes corporais.

Vivem-se tempos em que se prefere o teatro político ao equilíbrio da comunidade, por consequência, a análise pragmática-discursiva surge para dismantelar táticas persuasivas-discursivas, julgar encenações e questionar os pilares do sentido.

«Com fúria e raiva acuso o demagogo
Que se promove à sombra da palavra
E da palavra faz poder e jogo
E transforma as palavras em moeda
Como se fez com o trigo e com a terra.»³⁸

5. Referências bibliográficas

- Aristotle. (1954). *Rhetoric* (W. Rhys Roberts, Trans.). In W. D. Ross (Ed.), *The works of Aristotle* (Vol. 11, pp. 111–278). Oxford University Press.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Clarendon Press.

³⁸ Sophia de Mello Breyner Andresen, em "O Nome das Coisas" – Poema: "Com fúria e raiva".

- Bakhtin, M. M. (1986). *Speech genres and other late essays* (V. W. McGee, Trans.; C. Emerson & M. Holquist, Eds.). University of Texas Press. (Original work published 1979)
- Charadeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise* (pp. 343–364). Universidade Aberta.
- Duarte, I. M. (2011). Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso. *Matraga*, 18(28).
- Duarte, I. M., & Marques, M. A. (2024). Formas de tratamento nos debates parlamentares portugueses – modos e sentidos da mudança. Comunicação oral apresentada no 40.º ENAPL, Universidade dos Açores.
- Duarte, I.M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A. M. Brito (Org.), *Gramática: História, teorias, aplicações* (pp. 133-146). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto & Centro de Linguística da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/25334>.
- Goffman, E. (1982). *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior* (Paperback ed.). Pantheon Books.
- Jakobson, R. (1970). *Linguística e comunicação* (I. Blikstein & J. P. Paes, Trans.). Editora Cultrix. (Original work published in the 1960s)
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). Texte et contexte. *Scolia: Sciences Cognitives, Linguistiques et Intelligence Artificielle*, 6, 39–60.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2012). Le contexte revisité. *Corela, HS-11*. <https://doi.org/10.4000/corela.2627>
- Lacaze, G. (2014). Les verbes introducteurs de discours direct comme marqueurs de discours agonial dans *Le Monde*: mise en scène d’actes énonciatifs et création d’un ethos discursif. *SHS Web of Conferences*. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20140801069>
- Maingueneau, D. (2000). *Analyser les textes de communication*. Nathan.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos* (S. Possenti, Trans.). Parábola Editorial.
- Maingueneau, D. (2002). *Problèmes d’ethos*. Presses Universitaires de France.
- Rosário, C. R. (2013). A formulação do éthos na retórica antiga. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, 1(1), 60–72. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23058>
- Referring to discourse participants in European Portuguese: the form of address o senhor. In Posio, Pekka & Herbeck, Peter (eds.). *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages*. (pp. 273–306). Berlin: Language Science Press.
- Searle, J. (1969). *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press.
- Silva Júnior, C. H. F. (2019). Ethos: Uma proposta classificatória para a utilização do conceito na área da comunicação. *Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 13(1), 75–90.